ESPAÇOS PÚBLICOS E AS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS: DIRETRIZES URBANÍSTICAS PARA O LITORAL NORTE DE MACEIÓ – GUAXUMA, GARÇA TORTA E RIACHO DOCE

Leila Nunes Gomes de Oliveira, R.C.C. MARQUES.

RESUMO

A expansão do litoral Norte de Maceió-AL. pode acirrar a segregação socioespacial existente nos bairros Guaxuma, Garça Torta e Riacho Doce. As construções de novos empreendimentos residenciais em condomínio privatizando o lazer; a inexistência de espaços públicos atraentes; os diferentes hábitos de cada grupo social no espaço público; e o aumento da violência urbana dificultam o encontro. Buscou-se, a partir dos espaços públicos, sugerir transformações da dinâmica urbana nessa faixa litorânea, a fim de minimizar tal segregação. Portanto, determinar a qualidade desses espaços públicos, segundo o olhar do pedestre, e propor diretrizes urbanísticas para sua revitalização são os objetivos deste trabalho. A partir de pesquisa, caracterização e visitas *in loco* elaboraram-se mapeamentos e análises dos espaços públicos, baseadas nos Princípios de Planejamento Urbano de Gehl (2013), que defende a dimensão humana dos espaços. Os resultados definiram diretrizes urbanísticas que revelaram a contribuição desses espaços para o encontro entre os diferentes.

1. O ESPAÇO PÚBLICO E SUAS FUNÇÕES

As práticas sociais no espaço público (EP) foram modificadas através da história da cidade (BAPTISTA, 2003, p.97). Gehl e Gemzoe (2002, p.10) afirmam que a princípio, o espaço coletivo possibilitava a diversificação e o equilíbrio entre vários usos, tornando possíveis as práticas sociais nesse ambiente urbano. No entanto, a partir das reflexões de Moreira (2008, p. 54), entendeu-se que o desenvolvimento das técnicas de produção (ascensão do capitalismo) e dos meios de transferência (comunicação, transporte e transmissão de energia) transformou esse panorama harmônico, de modo que o espaço da coletividade foi perdendo vitalidade, ao passo em que as práticas sociais foram assumindo um caráter mais privado.

Segundo Fonseca (2005, p.4), com a atual hegemonia do capital financeiro, o consumo tem gerido a produção da cidade, manipulando os sonhos da sociedade e garantindo seus interesses políticos. Novos ambientes surgiram no espaço urbano, como simulacros da cidade, onde se encontra a cidade desejada e onde não existem os pesadelos urbanos como: os shopping centers, as galerias e os condomínios fechados, para exemplificar. Esses produtos, para alguns autores, entretanto, prenunciam a morte da vida urbana, com o abandono dos espaços públicos da cidade. Portanto, a privatização das relações sociais

ganha mais força com o não investimento em espaços públicos qualificados e atraentes (GEHL, 2013), com o aumento da violência urbana (VILLAÇA, 2003) e com o desenvolvimento das redes sociais online (DARODA, 2012).

Entretanto, Fonseca (2005 p.16) afirma que as práticas sociais no espaço público acontecem de maneira diferente para cada classe socioeconômica, em face das diferenças de oportunidade e mobilidade de cada uma. A autora afirma que tais práticas são mais frequentes no entorno da moradia da classe baixa que no entorno da moradia das classes média e alta, justificando-se pela proliferação de espaços privatizados destinados às classes mais abastadas financeiramente.

Nesse contexto culmina a segregação socioespacial, que se agiganta em virtude da nutrição de um capitalismo exacerbado, o qual potencializa a desigualdade social (VILLAÇA, 2003). Essas disparidades sociais geram um sentimento de injustiça na classe baixa, provocando conflitos sociais – a principal causa da violência urbana. Desse modo, minimizar a segregação socioespacial no espaço público se torna uma solução para harmonizar o convívio das classes sociais.

A cidade de Maceió, assim como todas as cidades globalizadas, tem passado por esse processo de interiorização das práticas sociais e de segregação.

Gehl (2013, p.9), entretanto, afirma que os padrões de uso dos espaços da cidade é uma questão de convite e afirma ainda que as pessoas reúnem-se onde as coisas acontecem (2013, p.25). Desse modo, o autor defende que a escala mais importante para o planejamento urbano deve ser a da cidade ao nível dos olhos. Com isso, esse autor define e descreve: três Princípios de Planejamento Urbano - Princípios para Reunir ou Dispersar; Princípios para Convidar ou Repelir e Princípios de Planejamento de Tráfego; doze Critérios de Qualidade do EP segundo o olhar pedestre; e tipologias dos espaços de transição dos edifícios que ladeiam os espaços públicos. Estes são utilizados na análise da qualidade dos espaços públicos de Guaxuma, Garça Torta e Riacho Doce.

2. FAIXA LITORÂNEA DOS BAIRROS GUAXUMA, GARÇA TORTA E RIACHO DOCE: Os elementos necessários para a vitalidade dos espaços públicos

2.1 Localização geográfica e a paisagem física na faixa litorânea

O perímetro em estudo está situado no litoral norte de Maceió – AL, Brasil, à margem do Oceano Atlântico. É o recorte territorial mais urbanizado da faixa litorânea dos bairros Guaxuma, Garça Torta e Riacho Doce, seguindo desde a linha costeira da praia, na planície, indo 3 km para o interior dos bairros, chegando ao planalto, como define a Figura 1 a seguir.

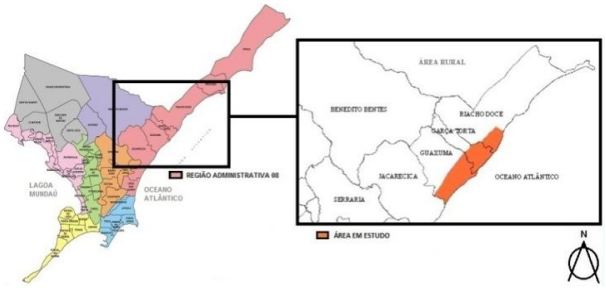


Fig. 1: Localização geográfica do perímetro em estudo. Fonte: SEMPLA, 2005, adaptado pela autora.

A ocupação edilícia dessa faixa litorânea, até os dias de hoje (2016), na sua maioria, tem sido mantida em escala horizontal, de modo que a paisagem natural predomina. Entretanto a interação entre ambiente natural e construído nem sempre se dá de maneira harmoniosa. Nota-se a degradação por interferência antrópica nas faixas de praia, nos manguezais, nas margens dos riachos, nos coqueirais e nos resquícios da Mata Atlântica local. A cobertura vegetal vem sendo desrespeitada com desmatamento seguida de invasão de Áreas de Preservação Permanente (APP). A poluição dos corpos d'água, pela deficiência e insuficiência do saneamento ambiental, é outro problema que interfere negativamente na paisagem local.

A paisagem dessa faixa litorânea é composta por uma grande quantidade de extensas glebas vazias, não edificadas. A extensa dimensão dessas glebas, entretanto, interfere na realização de encontros, pois os transeuntes não costumam permanecer em suas proximidades; além disso, a distância entre os núcleos povoados também dificulta o percurso, embora seja frequentemente percorrido a pé e a circulação seja constante. Enquanto que, nesses núcleos, a proximidade das edificações de diferentes usos, contribuem para os encontros sociais cotidianos nos espaços públicos.

Vale observar que a negociação das grandes glebas para o início da verticalização, em Guaxuma, com cinco pavimentos e, em Riacho Doce, com três pavimentos, em meio à paisagem natural, ocorrida por volta de 1990, manteve o equilíbrio com a paisagem natural, não destoando da verticalidade da vegetação, de coqueiros antigos, do entorno.

No entanto, nos últimos três anos (2013-2016), as grandes glebas vêm sendo adquiridas por empreendedores imobiliários que visam ocupá-las com edifícios residenciais verticais com gabarito de até vinte pavimentos (permitido pelo Código de Urbanismo e Edificações de Maceió, 2007). Essa tendência imobiliária de verticalização, sobretudo, deve comprometer, nos próximos anos, o potencial paisagístico natural existente hoje, assim como será um atrativo populacional para essa faixa litorânea, ainda sem infraestrutura suficiente. Além de que a privatização de serviços e de áreas de lazer dos novos empreendimentos imobiliários somada à inexistência de espaços públicos de lazer atraentes nesses bairros, exceto a praia, não incentivaria a dinâmica de circulação de pedestres, moradores antigos ou novos, prejudicando a interação dessas populações no EP.

Desse modo, para que seja proposta uma melhoria dos espaços públicos desses bairros, no nível do olhar do pedestre, fez-se necessário caracterizar os usos ocorrentes neles, assim como entender como funcionam as relações sociais nesses espaços.

2.2 A ocupação e expansão urbana de Maceió para o Litoral Norte: usos de encontro, comércio e circulação nos espaços públicos

Durante a fase do Brasil colonial, em meados do século XIX, quando Maceió tornou-se vila e posteriormente cidade, as terras do atual litoral norte de Maceió pertenciam aos senhores de engenho, à igreja católica e havia ainda terras devolutas (MARQUES, 2014).

De acordo com Marques (2014), nesse período foram construídas capelas e, em seus arredores, largos que foram transformados posteriormente em praças. Esses espaços, assim como as praias, eram os locais destinados ao encontro entre os grupos sociais e, consequentemente, ao lazer. O comércio era realizado no mercado público, no centro da capital, pois ainda não haviam estabelecimentos comerciais nesse litoral. E, apesar dessa

faixa litorânea ser o caminho de acesso às cidades do litoral norte do Estado, e mesmo à cidade de Recife-PE, a circulação era tranquila, devido a não pavimentação da via de acesso principal e dos principais veículos utilizados com maior frequência, até então, serem os de tração animal. Desse modo, havia harmonia e passividade entre os usos de encontro e de circulação.

Segundo o site *PajuçaraClick*, entre o fim do século XIX e até meado do XX, a população de Maceió triplicou e culminou no aumento da demanda por espaços para moradia, comércio e serviços. A cidade expandiu a malha urbana e a procura por locais mais tranquilos, possibilitando a ocupação dos sítios da planície no sentido norte (atuais bairros Pajuçara, Ponta Verde e, posteriormente, Mangabeiras, Cruz das Almas, Guaxuma, Garça Torta e Riacho Doce).

Essa expansão da cidade desencadeou a pavimentação da Av. Gustavo Paiva, via de acesso ao atual litoral norte, que dá continuidade à via AL 101 Norte (1960-1970). Tal obra intensificou a expansão para esse litoral, culminando, nesse mesmo período, na substituição das antigas terras de usinas e de alguns sítios existentes pelo parcelamento de solo em loteamentos e também para o início da ocupação irregular das encostas e margens dos rios desse litoral. Essas terras foram sendo desmembradas para herdeiros e também vendidas para outros fins, de maneira que deram lugar a desmembramentos e parcelamentos de solo para fins residenciais fixos, clubes, estabelecimentos comerciais e de serviços (MARQUES, 2014).

Marques (2014) afirma que os loteamentos implantados antes da lei 6766/79 – Lei do Parcelamento do Solo Urbano – foram aprovados sem espaços livres de uso público e os que tinham acesso à praia não respeitavam a Área de Preservação Permanente (APP) da restinga. Os aprovados a partir da referida lei, entretanto, passaram a possuir áreas destinadas ao uso público e respeitavam as APP, como exemplo o loteamento Gurguri (1980), na Guaxuma.

Os espaços públicos que, anteriormente, limitavam-se às vias e às praças próximas às capelas foram acrescidos dos espaços livres dos novos loteamentos regulamentados, que se somavam como novos espaços de encontro e de circulação públicos.

A partir dos loteamentos citados, o aumento da população, demandou a construção de novos estabelecimentos comerciais e de serviços (espaços pseudopúblicos) que suprissem as necessidades básicas dos novos moradores (MARQUES, 2014). Esses estabelecimentos se concentraram na margem da via de maior influência desse litoral, a AL 101 Norte, sendo locados próximos aos núcleos povoados. Os novos espaços, além de serem espaços de comercialização, contribuíram para o encontro dos moradores e visitantes nos mesmos.

Nessa época (1960-1980), a paisagem natural e a balneabilidade das praias já atraía os banhistas e garantia o encontro entre os diversos grupos sociais, através do lazer ou do trabalho nesse espaço público; em contrapartida aos novos espaços pseudopúblicos de lazer que surgiram, como: clubes, bares, e restaurantes. No entanto, a construção desses estabelecimentos e de residências nas glebas à beira-mar privatizou uma grande extensão da orla marítima desses bairros, sendo o acesso possibilitado apenas nos trechos onde existiam as vias dos loteamentos.

No litoral norte, a nova população que passou a morar nos loteamentos (profissionais liberais, empresários, comerciários e servidores públicos) se somou à população tradicional dos povoados existentes, predominantemente de pescadores, agricultores, boleiras, artesãos e "biscateiros". Essa diversificação da população foi espacializada de maneira estratificada, uma vez que os sítios à beira-mar dos moradores antigos foram parcelados e adquiridos por uma população mais favorecida economicamente. Enquanto que os antigos moradores e a nova população menos favorecida ocuparam o interior desses bairros, nas encostas do tabuleiro e nas grotas (MARQUES, 2014).

Na primeira década do séc. XXI, um novo tipo de ocupação começou a surgir nesse litoral, os condomínios residenciais horizontais fechados, destinados aos grupos mais favorecidos economicamente e, em 2013, foi construído o primeiro edifício vertical desse litoral, permitido pelo Código de Edificações e Urbanismo de Maceió (2007). Essas ocupações potencializaram a separação socioespacial existente, uma vez que surgiu com sua envoltória rígida emuralhada, a segregação física do lazer dos moradores, já que não definem espaços de lazer público para os bairros, como praças. Em alguns casos, os espaços de fronteira reduziram-se aos muros de alvenaria dos imóveis, aos rios e à borda das barreiras, mas ainda assim não proporcionam o encontro (MARQUES, 2014).

Admite-se, portanto, que essa tendência de privatização de glebas surgiu como uma força contrária ao encontro do "diferente" no EP. A população de renda mais favorecida, que mora nesses enclaves, passou a manter suas relações sociais, em caráter privado, com os grupos que lhes fossem interessantes, através da utilização dos espaços exclusivos, como: os espaços de lazer de seus condomínios, os bares e restaurantes de alto custo dos serviços, os *shopping centers*, entre outros (Fonseca, 2005, p.7).

O Censo 2010 do IBGE, entretanto, demarcou para esses bairros quatro Aglomerados Subnormais (AGSN) que possuem seus espaços de lazer mais precários que os existentes em outras localidades desse litoral, mas que oportunizam o uso público, sendo frequentemente utilizados como espaços de lazer pelos seus moradores, em face da exiguidade dos lotes e das casas e da inexistência de outras oportunidades de diversão, de descontração e de mobilidade.

Verifica-se uma disparidade entre as oportunidades de lazer dos condomínios e dos AGSN, embora a população, em ambas, seja em grande número. O que justifica a introversão dos moradores dos condomínios fechados, uma vez que já possuem diversidade de espaços de lazer protegidos da insegurança urbana; e a extroversão dos moradores dos AGSN, uma vez que suas moradias são exíguas e possuem baixa qualidade, os impelindo a usufruírem do espaço público.

Desse modo, entende-se que os encontros sociais, que antes se davam nas vias, nas praças e nas praias, foram se tornando cada vez mais privados e selecionados por grupos de interesse. Os espaços pseudopúblicos se tornam os locais destinados às relações sociais, alimentando o consumismo da esfera privada e impossibilitando os encontros entre os diversos grupos sociais residentes no mesmo bairro. As poucas e pequenas praças se destinam, em sua maioria, para grupos jovens de renda baixa. E os segmentos de praias, apesar de serem utilizadas por todos os grupos sociais, formam espaços exclusivos (através dos espaços pseudopúblicos) que segregam espacialmente seus usuários pelo preço dos serviços cobrados.

Sendo assim, os únicos espaços urbanos que mais se aproximam da função pública são as vias, destinadas à circulação de todos os grupos sociais, mesmo que os moradores dos núcleos residenciais de renda alta não utilizem com frequência as vias dos núcleos de renda baixa (AGSN), a não ser que possuam atividades no entorno dessas. Vale salientar, entretanto, que nas margens das vias – acostamentos ou calçadas – também existem espaços pseudopúblicos que facilitam os encontros para aqueles que andam a pé ou de bicicleta.

2.3 Privacidade x Cultura dos espaços públicos: perfil socioeconômico e hábitos cotidianos dos grupos sociais no espaço público

Apesar de terem sido utilizados conceitos do IBGE para a faixa de renda e de terem sido realizados estudos empíricos qualitativos e aproximados para a identificação das classes sociais residentes, a identificação das moradias dessas classes sociais foi realizada a partir da observação da tipologia da autoconstrução vernácula, das diferentes arquiteturas e dos padrões de urbanização do entorno, uma vez que os padrões econômicos subentendem as características estéticas e de infraestrutura de suas moradias. O somatório das tipologias similares delimitou "manchas" no espaço geográfico dos bairros, expressos na Figura 2: Mapa do Uso Residencial por Classes Socioeconômicas da faixa litorânea dos bairros Guaxuma, Garça Torta e Riacho Doce a seguir. Desse modo, foi identificado onde essas classes residem.

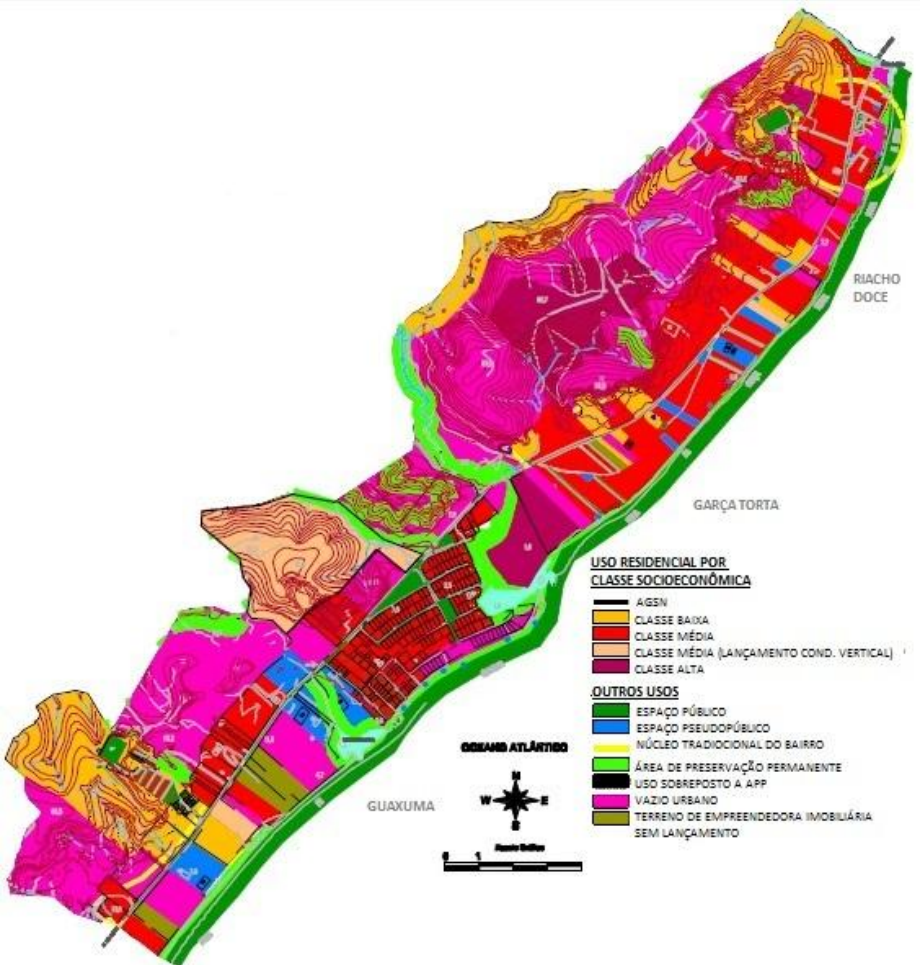


Fig. 2: Mapa do Uso Residencial por Classe Socioeconômica. Fonte: OLIVEIRA, 2015.

A dinâmica cotidiana dos residentes nos espaços públicos das distintas "manchas" foram observadas através de visitas *in loco* e espacializadas em um mapa, a partir do qual se verificou que: a classe alta não possui o hábito de realizar atividades opcionais e sociais no EP de seu bairro, de maneira que suas relações sociais possuem um caráter mais privado. Enquanto que a classe baixa tem mais o hábito de realizar essas atividades nas ruas. E a classe média, entretanto, também utiliza o EP, mas com menor frequência. Ressalta-se, contudo, que, mesmo que os residentes sejam de uma mesma classe, o uso dos EP pode se diferenciar em detrimento de vários fatores, como: as diferentes oportunidades de lazer de cada um e as diferenças das características residenciais e urbanísticas do entorno, entre outros.

Entende-se, portanto, que não apenas o perfil socioeconômico da população é definidor para o uso dos EP. Com isso, houve o estudo dos espaços de transição das moradias dessas classes e dos estabelecimentos comerciais e de serviços consolidados nessa faixa litorânea. O item a seguir define a contribuição dessas tipologias arquitetônicas para o uso e funções dos espaços públicos.

2.4 Espaço público e a interação com os espaços de transição das tipologias arquitetônicas consolidadas

Gehl (2013) afirma que espaço de transição "é o local onde se entra e sai dos edifícios, onde pode haver interação da vida dentro das edificações e da vida ao ar livre. É o local onde a cidade encontra as edificações". A partir desse conceito, Gehl determina três funções para o espaço de transição, no nível térreo das edificações: zona de troca, de permanência e de experiência.

Vale salientar que, ao longo do tempo, a conexão entre interno e externo vem paulatinamente sendo rompida, à medida que a sociedade busca escapar da violência urbana, a qual está (ou pensa-se estar) aumentando. De maneira que interferem na comunicação entre espaço privado e espaço público: o terreno dos edifícios de classe média e alta, ao longo do tempo, recebeu muros cada vez mais altos, cercas elétricas, câmeras e segurança eletrônica; e os edifícios de classe baixa receberam muros e grades.

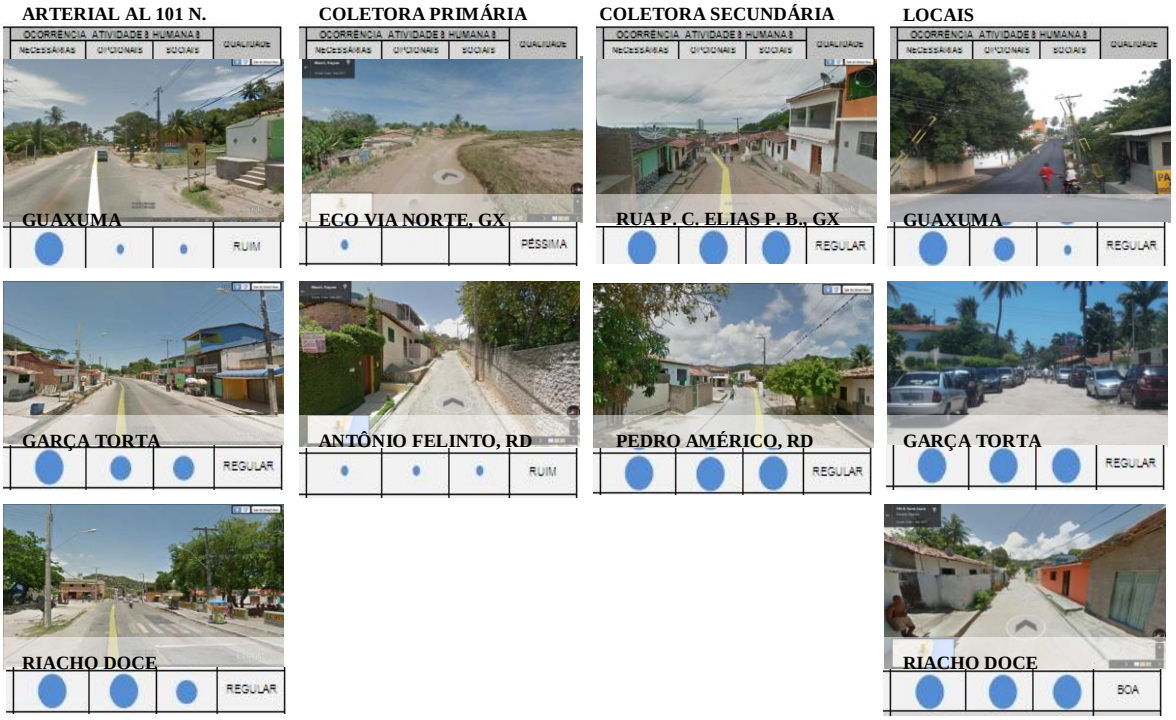
As ocupações consolidadas na faixa litorânea estudada possuem tipologias arquitetônicas diferenciadas e, por isso, comunicam-se com o espaço público de maneira distinta. Verificou-se que apenas os espaços de transição do uso residencial das classes menos favorecidas economicamente são mais atraentes, uma vez que são mais estreitas, possibilitando uma sequência de unidades; são vazadas; e possibilitam variação de função (comércio/serviço) com a existência de uso misto em algumas unidades. Esse fato é uma justificativa para a maior frequência e permanência dos moradores em atividades opcionais e sociais nos espaços públicos do núcleo residencial dessas classes sociais. E, para o uso comercial e de serviço, apenas os espaços de transição à beira-mar são mais atraentes, embora tenham públicos seletos, uma vez que suas fachadas são vazadas; possuem mobiliário no espaço de transição; e possuem detalhes que chamam a atenção. Há a exceção do comércio informal das margens das vias, pois também atraem pela transparência e exposição de seus produtos.

2.5. Espaços Públicos e a sua qualidade sob o olhar do pedestre: resultados da análise

Os espaços urbanos que foram destacados como os que mais se aproximam do caráter público na faixa litorânea de Guaxuma, Garça Torta e Riacho Doce são as vias, as praças, a faixa de praia e os campos de futebol. Esses EP são analisados segundo os três Princípios de Planejamento Urbano: do Trafego, de Reunir e Dispersar, e de Convidar e Repelir; e segundo os Doze Critérios de Qualidade do Espaço Público, que são definidos por Gehl (2013). E ainda foram identificadas a diversidade e ocorrências dos tipos de atividades humanas desenvolvidas em cada um desses EP. Desse modo foi possível determinar a qualidade desses espaços de acordo com o olhar do pedestre. Entretanto, as APP, espaço de caráter público, não foram analisadas segundo esses critérios porque são espaços onde a presença antrópica deve ser limitada, uma vez que são potenciais áreas de risco e que devem ser preservadas.

Nessa análise, os gráficos que contrapõem a qualidade e as atividades realizadas em cada espaço público demonstram que quanto maior a qualidade do EP, maior é a versatilidade e a intensidade das atividades desenvolvidas neles, conforme Figura 3 a seguir.

VIA:



PRAÇA:

FAIXA DE PRAIA: **CAMPO DE FUTEBOL:**

Fig. 3: Espaços públicos e análise da sua qualidade, segundo o olhar do pedestre, e das atividades neles realizadas. Fonte: OLIVEIRA, 2015.

Vale salientar que os parâmetros para essa análise priorizam as atividades humanas no EP. Desse modo, percebeu-se que entre os EP analisados, mesmo aqueles que possuem altos níveis de qualidade, com critérios de proteção, conforto e prazer desejáveis, se não estão inseridos em um entorno que reúna e convide à permanência humana, não têm uma diversidade e frequência de uso permanente. A partir dessa análise, observou-se que:

- As **atividades necessárias**, por serem as atividades básicas de ir e vir da população e por ocorrerem em quaisquer circunstâncias, estão presentes na maioria dos Espaços Públicos sendo praticamente extintas apenas nos locais que não transmitem sensação de segurança, como a Eco Via Norte e a faixa de praia inativa, os quais possuem qualidade péssima e regular, respectivamente;
- As **atividades opcionais**, por ocorrerem mediante convite e atração, geralmente acontecem com maior frequência onde a qualidade do EP é classificada acima de regular, pois são espaços que atendem os critérios de proteção, conforto e prazer, além de possuírem maior diversidade de usos no entorno e de seus espaços de transição serem mais abertos e convidativos. Desse modo, no perímetro estudado, as atividades opcionais ocorrem com maior frequência nos EP do entorno tradicional desses bairros ou onde residem as classes economicamente menos favorecidas; e ocorrem com menor frequência: no trecho da AL 101 Norte que corta a Guaxuma; na rua Antônio Felinto; na praça central do Lot. Gurguri; e na faixa de praia inativa; e não ocorrem na Eco Via Norte.
- As **atividades sociais** geralmente ocorrem na proporção das atividades opcionais, pois para ocorrerem necessitam da existência de vida frequente no espaço urbano.

Sendo assim, para que se tenha vida urbana ativa, torna-se evidente a necessidade de diversificar a ocupação e o uso do solo urbano no processo de planejamento e execução da cidade, além de projetar espaços públicos que atendam os critérios de proteção, conforto e prazer e que reúnam e convidem a população a permanecerem no espaço público da cidade. Com essa intenção, o item a seguir propõe diretrizes urbanísticas que dinamizam e possibilitam a permanência humana em condições confortáveis nos espaços públicos analisados.

3. DIRETRIZES URBANÍSTICAS PARA A REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

De modo a criar uma atmosfera que possibilite as relações sociais e minimize a segregação socioespacial, foram propostas diretrizes urbanísticas para revitalizar os espaços públicos da faixa litorânea de Guaxuma, Garça Torta e Riacho Doce, assim definidas para: os Espaços Públicos; o Uso e Ocupação do Solo; os Espaços de Transição de Qualquer Uso; e os Vazios Urbanos.

3.1 Espaços Públicos

i.Conectar os núcleos adensados residenciais:

- Reurbanizar três corredores de integração/conexão: AL 101 Norte, Passeio Garça Torta /Riacho Doce e Orlas Marítima e Fluvial;
- Conectar a planície litorânea com os bairros da parte alta da cidade. – urbanização da Eco via Norte, da Grota do Andraújo e rua Antônio Felinto;
- Unir os corredores viários, as Vias locais e novos acessos (PMM).

ii. Executar a abertura dos Acessos à Praia previstos para esse litoral, pela PMM.

iii. Ressignificar os espaços públicos:

- Urbanizar os Campos de Futebol;
- Reurbanizar as Praças e implantar um Centro Social;
- Implantar praças nos espaços livres nos loteamentos aprovados;
- Corredor Cultural São Pedro.

iv. Executar e Planejar e projetar novos espaços públicos como:

- A Estação de Transferência de passageiros e o Centro Comercial Produtos Locais;
- O Parque Multifuncional à margem do rio Garça Torta;
- O Espaço Multicultural na Garça Torta;
- O Mirante Cultural integrado com a Orla do Riacho Doce e ao "passeio*"* GT/RD.

v. Delimitar as Áreas de Preservação Permanentes.

vi. Conceber e implantar o Plano Municipal de Saneamento Ambiental.

3.2 Uso e Ocupação do Solo, segundo Gehl (2013):

i. Planejar o uso e a ocupação do solo urbano baseando-se nos Princípios de Reunir;

ii. Nas fronteiras dos núcleos residenciais de classes sociais distintas, projetar espaço público de convivência democrático;

iii. Incentivar o uso misto;

iv. Seria Reduzir gabarito e escalonar, destinando-se aos novos projetos edilícios propostos;

v. Critério de aprovação projetual dos novos empreendimentos verticais: área pública de convivência dentro do lote;

3.3 Espaços de Transição de Qualquer Uso, segundo princípio de Gehl (2013)

i. Desenvolver Programa de Educação Ambiental e Urbana para conscientizar a população sobre a influência dos espaços de transição para a vitalidade urbana;

ii..Incentivar os empreendedores dos novos imóveis residenciais verticais a delimitar o uso do térreo para o comércio e serviço, com o intuito de tornar esse espaço de transição ativo e convidativo.

3.4 Vazios Urbanos

i. Conservar a vegetação arbórea, arbustiva e local;

ii. Incentivar a construção de equipamentos urbanos;

iii. Elaborar estudo nos vazios para viabilizar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do litoral Norte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teórica sobre o uso do espaço público como ambiente de encontro, de comércio e de circulação, em que Gehl (2013) pontua conceitos e princípios que definem critérios para espaços públicos de boa qualidade para o pedestre, foi norteadora para a análise dos espaços públicos de Guaxuma, de Garça Torta e de Riacho Doce.

A perspectiva histórica do processo de expansão e ocupação urbana desse litoral definiu que atualmente esses bairros são ocupados por tipologias arquitetônicas e infraestruturas diferenciadas. Verificou-se que nos últimos 50 anos foram construídos empreendimentos residenciais de padrão econômico mais alto, que ocuparam a planície em loteamentos e condomínios fechados, e, em paralelo, os antigos habitantes dos sítios à beira-mar consolidaram-se nas encostas e no planalto, onde o Censo do IBGE (2010) delimitou os Aglomerados Subrnormais. Identificou-se que as oportunidades de lazer dessas distintas ocupações são diferenciadas. Enquanto que os condomínios fechados possuem uma grande diversidade de opções de lazer de caráter exclusivo, os AGSN desses bairros possuem espaços públicos insuficientes. Com isso, entendeu-se que os encontros sociais ocorrem por grupos de interesse em espaços pseudopúblicos. Apenas as vias são os EP que mais se aproximam do caráter democrático. As praças se destinam, em sua maioria, para grupos jovens de baixa renda, e as praias formam espaços exclusivos através dos espaços pseudopúblicos existentes.

A identificação do perfil socioeconômico dos residentes dessa faixa litorânea, bem como a delimitação dos seus locais de moradia (por manchas espaciais), em conjunto com a definição dos hábitos cotidianos das diferentes classes socioeconômicas definiu distintos usos dos espaços públicos para cada uma delas. Em que a classe alta praticamente não realiza atividades opcionais e sociais no EP desses bairros; a classe baixa tem mais o hábito de realizar essas atividades nas ruas, nos campos de futebol, nas praças e nas praias; e a classe média também utiliza os EP, porém com menor frequência. O que dificulta o encontro entre os moradores dessas classes. Desse modo, os espaços de fronteira entre as manchas de moradias dessas classes seriam, portanto, potenciais para a construção de espaços públicos que as atraíssem e, desse modo, possibilitassem encontros sociais.

A análise dos espaços públicos dessa faixa litorânea, segundo os conceitos e princípios do planejamento urbano humanizado de Gehl (2013), definiu que a maior parte desses espaços possui qualidade regular e, mesmo os que possuem altos níveis de qualidade, necessitam estar inseridos em um entorno que convide à permanência humana, caso contrário a ocorrência e a versatilidade de atividades é reduzida.

Desse modo, em paralelo ao processo de expansão do Litoral norte, para execução de espaços públicos atraentes e que proporcionem ambientes adequados à interação entre as distintas classes sociais, devem ser admitidos os parâmetros citados nas Diretrizes urbanísticas para a revitalização dos espaços públicos, descritas neste artigo, que se pautam nos princípios de Gehl (2013).

É necessário considerar que este litoral tem sido a área de expansão atual da cidade, procurada por empreendedores imobiliários, mesmo que a infraestrutura local ainda seja inadequada para o aumento exacerbado da população. Estima-se que sua ocupação sem o devido planejamento urbanístico poderá acarretar em danos irreparáveis, tais como a degradação ambiental das APP, das praias oceânicas, dos rios, dos manguezais, da restinga

e das matas ciliares ao longo dos rios. Além desses danos à natureza, entende-se que tal ocupação imobiliária também acarretará danos à convivência urbana, uma vez que a multiplicação da população vivendo em espaços segregados, e a construção da cidade visando apenas à lucratividade privada poderão se transformar em caos urbano, somado à deficiência da infraestrutura existente hoje e da inexistência de estudos e projetos em curto prazo para realizá-la.

Desse modo, conclui-se que é necessário planejar e produzir a cidade baseando-se nas necessidades dos pedestres, uma vez que é na escala humana que as pessoas se encontram e interagem com a cidade. E, pelo fato dos espaços públicos intermediarem essas relações, eles devem ser tratados com a devida importância, de modo a serem sempre convidativos e não excludentes ou exclusivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e perseverança, à minha mãe pela companhia e ao corpo docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas pelo suporte e conhecimento fornecidos durante pesquisa.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Maria Elisa (2003) A construção de um espaço de fronteiras: espaço público e cidadania. In: CATRIOTA, Leonardo Barci (Org.). Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

DARODA, Raquel (2012) **As Novas Tecnologias e o Espaço Público da Cidade Contemporânea**. Dissertação (Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

GEHL, Jan; GEMZOE, Lars (2002) **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

GEHL, Jan (2013) **Cidades para pessoas**; tradução: Anita Di Marco. 2. ed. São Paulo: Perspectiva.

FONSECA, Maria de Lourdes. Padrões sociais e o uso do espaço público. **Caderno CHR**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 377-394, Set/Dez 2005. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=60>. Acesso em: Abril 2014.

MARQUES, Regina Cœli C.. (2014) **Ocupação Urbana do Litoral Norte de Maceió a partir da década de 1970.** Depoimento para o Trabalho Final de Graduação de Leila N. G. de Oliveira. Maceió, nov. 2014.

MOREIRA, Ruy (2008) **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 1 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto.

VILLAÇA, Flávio (2003) A recente urbanização brasileira. In: CATRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Urbanização brasileira**: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte.